

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Brasilsaúde Companhia de Seguros S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2011, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. A economia brasileira em 2011 teve seu comportamento influenciado em parte pela volatilidade que caracterizou o ambiente externo, com o desempenho de alguns setores sendo negativamente afetados. O Produto Interno Bruto (PIB), após forte recuperação em 2010, quando alcançou crescimento de 7,5%, perdeu fôlego ao longo do ano, e encerrou 2011 com aumento de apenas 2,8%, de acordo com estimativas recentes. Apesar do menor ritmo de crescimento, a ociosidade permaneceu reduzida, permitindo que o mercado de trabalho seguisse registrando as menores taxas de desemprego na série recente, encerrando o ano em 6,0%. Isto, contudo, manteve a inflação sob pressão, também motivada pelo aumento dos preços das commodities ao final de 2010 e início de 2011. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou 2011 com alta de 6,5%, alcançando o teto da meta do governo. O Banco Central do Brasil iniciou o ano realizando aperto monetário gradual para conter pressões inflacionárias e elevou a taxa Selic de 10,75% em janeiro para 12,50% em julho de 2011. No curso do exercício, com o objetivo de combater efeitos recessivos sobre a atividade econômica doméstica e devido ao agravamento da crise internacional, o Banco Central do Brasil flexibilizou a política monetária a partir de agosto, com sucessivos cortes na taxa Selic, que encerrou 2011 em 11,0%. O dólar encerrou 2011 cotado a R\$1,8669 para venda, com desvalorização de 12,4% em relação ao fechamento de 2010. Para 2012, estimativas divulgadas pelo Banco Central para o PIB apontam para um crescimento de cerca de 3,3%, com a inflação devendo situar-se no entorno de 5,3%. A Companhia é uma seguradora especializada em saúde. De acordo com informações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no acumulado do ano até setembro de 2011, a receita de contraprestações das operadoras de planos privados de saúde totalizou R\$61,4 bilhões, apresentando um crescimento de 13,9% em relação a 2010. O número total de beneficiários atingiu 47,4 milhões. **Resultado Operacional:** No exercício findo em 31.12.2011, os Prêmios Ganhos de Assistência à Saúde da Companhia totalizaram R\$253,4 milhões, com aumento de 14,8%. Os Sinistros Indenizáveis Líquidos somaram R\$215,9 milhões, representando 85,2% dos prêmios ganhos. As Despesas Administrativas, incluídas as despesas com tributos, totalizaram R\$3,9 milhões, e corresponderam a 1,5%

dos prêmios ganhos. A Companhia apresentou lucro líquido de R\$14,4 milhões e o Patrimônio Líquido atingiu R\$87,2 milhões, com incremento de 14,4% sobre o exercício anterior. A seguir, o resultado do Exercício de 2011 e a proposta para sua destinação. Em 2010 a Companhia apresentou um prejuízo de R\$492 mil.

Lucro Líquido do Exercício	14.438
(-) Compensação de Prejuízos e outros ajustes	(606)
Lucro Líquido após compensações	13.832
Constituição da Reserva Legal (5%)	(693)
Lucro Líquido Ajustado	13.139
Dividendos Obrigatórios	
25% do Lucro Líquido Ajustado	3.285
Total dos dividendos obrigatórios	3.285
Total dos dividendos propostos	3.285
Destinação:	
Constituição de Reserva Estatutária	9.854
A Companhia, no que se refere à avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários, conforme determina a legislação securitária vigente, observa a política de análise e gerenciamento dos investimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguro. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e dessa forma, não podemos considerá-las como tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	
Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2012.	
A ADMINISTRAÇÃO	

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2011	2010	PASSIVO	Notas	2011	2010
CIRCULANTE		141.844	97.223	CIRCULANTE		54.934	46.122
Disponível	-	4.457	428	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	11	41.239	39.533
Realizável	-	137.387	96.795	Provisão de Benefícios Concedidos	-	228	188
Aplicações	5	128.682	90.694	Provisão de Sinistros a Liquidar	-	30.413	10.911
Créditos de Operações com				Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	-	10.598	28.434
Planos de Assistência à Saúde	-	3.268	2.808	Débitos de Operações de			
Prêmios a Receber	6	2.942	2.704	Assistência à Saúde	-	2.239	969
Outros Créditos de Operações com				Comercialização sobre Operações	-	201	315
Planos de Assistência à Saúde	-	326	104	Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	-	2.038	654
Despesas de Comercialização				Tributos e Contribuições a Recolher		913	666
Diferidas	7	1.538	745	Provisões	-	5.149	1.829
Títulos e Créditos a Receber	8	3.852	2.547	Débitos Diversos	-	5.394	3.125
Outros Valores e Bens	-	47	1	NÃO CIRCULANTE		40.488	36.346
NÃO CIRCULANTE		40.856	61.529	Exigível a Longo Prazo	-	40.488	36.346
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	40.828	61.455	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	11	957	300
Aplicações	5	658	2.254	Tributos e Contribuições a Recolher	15	33.962	30.147
Títulos e Créditos a Receber	8	106	106	Provisões	15	5.056	4.310
Ativo Fiscal Diferido	9	8.312	8.538	Débitos Diversos	-	513	1.589
Valores e Bens	15	31.752	50.557	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		87.278	76.284
IMOBILIZADO		28	74	Capital Social	16.1	76.784	76.784
Bens Móveis - Não Hospitalares / Não Odontológicos	-	28	74	Reservas	-	10.545	-
TOTAL		182.700	158.752	Reservas de Lucros	-	10.545	-
COMPENSAÇÃO - ATIVO		474	256	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(51)	-
				Resultado	-	-	(500)
				TOTAL		182.700	158.752
				COMPENSAÇÃO - PASSIVO		474	256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Total das Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 01.01.2010	50.407	-	-	-	-	(3.623)	46.784
Redução de Capital com Compensação de Prejuízo conforme AGE 31.05.2010	(3.623)	-	-	-	-	3.623	-
Aumento de Capital conforme AGE 27.10.2010	30.000	-	-	-	-	-	30.000
Dividendos não Reclamados	-	-	-	-	-	6	6
Grupamento de Ações conforme AGE 27.10.2010	-	-	-	-	-	(14)	(14)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	(492)	(492)
SALDOS EM 31.12.2010	76.784	-	-	-	-	(500)	76.284
Outros	-	-	-	-	-	(93)	(93)
Grupamento de Ações conforme AGE 27.10.2010	-	-	-	-	-	(13)	(13)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(51)	-	(51)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	14.438	14.438
Proposta da destinação do lucro:							
Reserva Legal	-	691	-	691	-	(691)	-
Reserva Estatutária	-	-	9.854	9.854	-	(9.854)	-
Dividendos Propostos - R\$0,5612 por lote de ações ON	-	-	-	-	-	(3.285)	(3.285)
SALDOS EM 31.12.2011	76.784	691	9.854	10.545	(51)	2	87.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

(1) **CONTEXTO OPERACIONAL:** A BRASILSAÚDE COMPANHIA DE SEGUROS denominada "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde e tem como acionistas a Sul América Seguro Saúde S.A., denominada "SAÚDE", com 59,04% de ações ordinárias e a Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada "CIA SAÚDE", com 40,96% de ações ordinárias, e como controladora indireta final, a Sul América S.A., denominada "SASA". Nestas demonstrações financeiras, denominamos de "SulAmérica" o conjunto de empresas controlado pela SASA, o qual a Companhia faz parte. (2) **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** (2.1) **BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e dessa forma, não podemos considerá-las como tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As presentes demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31.12.2011 e de 2010 incorporam as alterações introduzidas pela Instrução Normativa ANS DIOPE nº 46, de 25.02.2011, que instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das operadoras de planos de saúde a partir de 01.01.2011. A principal alteração foi a criação de uma rubrica específica para os créditos tributários diferidos no balanço patrimonial, em consonância com o CPC, que para fins de comparação, a Companhia reclassificou em 31.12.2010 o valor de R\$8.538 da rubrica "Títulos e Créditos a Receber" para "Ativo Fiscal Diferido" no ativo não circulante. O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27.02.2012. (2.2) **BASE DE MENSURAÇÃO:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com as seguintes exceções: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Os ativos financeiros disponíveis para venda (vide nota 5); (2.3) **MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. (3) **PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. (3.1) **RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: (3.1.1) **APURAÇÃO DO RESULTADO:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Os prêmios de seguros são reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas como Prêmios Retidos; • As despesas de agenciamento pagas na comercialização de seguro saúde e odontológico são diferidas e amortizadas em 12 meses, conforme estabelecido no item 7.2.9 da Instrução Normativa nº 24, de 22.12.2008 e são classificadas na rubrica "Despesas de Comercialização Diferidas", no ativo circulante; A partir de 01.01.2011, os custos diretamente relacionados ao processo de angariação de contratos de seguros passaram a ser diferidos pelo prazo médio estimado de permanência dos clientes em carteira. O valor líquido das receitas e despesas que anteriormente eram apropriadas ao resultado do exercício em que eram incorridos passou a ser diferido e essa mudança de estimativa foi registrada conforme o CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificações de erro e não tem impacto de forma retrospectiva; • Os sinistros são refletidos nos resultados com base na metodologia conhecida como IBNP (*Incurring But Not Paid*) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência. Os sinistros incluem as despesas estimadas a incorrer, tanto aquelas diretamente alocaáveis aos sinistros considerados individualmente (*Allocated Loss Adjustment Expense* - ALAE), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros, mas não diretamente alocaáveis (*Unallocated Loss Adjustment Expenses* - ULAE). (3.1.2) **BALANÇO PATRIMONIAL:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. (3.2) **INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** • **Classificação e Mensuração:** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: (a) **Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários são classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos (vide nota 4.4.2.1 (d)) e de acordo com a gestão de riscos documentada. Trata-se do "fair value option". (b) **Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. (c) **Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade fi-

nanceira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado. (d) **Empréstimos e recebíveis:** Os Empréstimos e Recebíveis da Companhia são ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. (3.3) **REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT):** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Um ativo apresenta perda ao seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada de instrumentos financeiros reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. • **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) que na Instrução Normativa ANS nº 46 é denominada de "Provisão para Perdas sobre Créditos", é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. (3.4) **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na base das demonstrações financeiras. A redução ao valor recuperável de créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social foi estabelecida com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em orçamentos elaborados e aprovados para o período de 5 anos. (3.5) **PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES DE OPERAÇÕES DE SEGUROS:** Os passivos de operações de seguros são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data-base das demonstrações financeiras. (3.5.1) **PROVISÕES TÉCNICAS DE CONTRATOS DE SEGUROS:** (a) **PROVISÃO DE SINISTRO A LIQUIDAR (PSL):** A PSL representa a previsão de pagamentos prováveis, líquida de recuperações, determinada com base nos avisos recebidos até a data das demonstrações financeiras, atualizada monetariamente nos casos de seguros indexados. • A PSL é constituída pelo valor das faturas dos prestadores de serviços, adicionada das ALAE, calculada com base nos avisos de sinistros recebidos; • Adicionalmente à PSL, a Companhia provisiona as despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente, denominadas "ULAE"; • A ULAE é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da PSL, deduzindo-se da estimativa o montante correspondente aos gastos já incorridos na atividade de regulação de sinistros. (b) **PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - DISPUTA JUDICIAL:** As provisões de sinistros a liquidar em disputa judicial são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais, e ainda, com base em fatores específicos obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuada no período de 60 meses nos casos encerrados, calculados levando-se em consideração a natureza dos processos judiciais, a respectiva probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e o grupamento de ramo de seguro envolvido, quando aplicável. Estes fatores foram calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos encerrados por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões são atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por juros de 0,78% ao mês. As provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar", no passivo circulante, juntamente com os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Valores e Bens" no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. (c) **PROVISÃO DE SINISTROS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS (IBNP):** A IBNP (*Incurring But Not Reported*) é constituída com base no IBNP subtraído da PSL. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionado das despesas de regulação diretamente relacionadas ao sinistro (ALAE), para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Para o ramo saúde, o desenvolvimento histórico observado é de 36 meses. A IBNP é apurada considerando as despesas diretamente alocaáveis aos sinistros (ALAE), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros, mas não diretamente alocaáveis (ULAE). A ULAE da IBNP é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das des-

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Notas	2011	2010
Prêmios Ganhos de Plano de			
Assistência à Saúde	-	253.435	220.839
Prêmios Retidos	17.1	255.355	222.130
Varição das Provisões Técnicas	-	(148)	849
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	-	(1.772)	(2.140)
Sinistros Indenizáveis Líquidos		(215.933)	(185.360)
Sinistros Conhecidos ou Avisados	-	(255.611)	(181.595)
Recuperação de Sinistros Conhecidos ou Avisados	-	20.910	8.080
Outras Recuperações de Sinistros	-	805	-
Varição da Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados	-	17.963	(11.845)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		37.502	35.479
RESULTADO BRUTO		37.502	35.479
Despesas de Comercialização	17.2	(19.117)	(17.242)
Despesas Administrativas	17.3	(3.917)	(13.286)
Outras Receitas Operacionais	-	785	180
Outras Despesas Operacionais	17.4	(5.912)	(11.715)
Provisão para Perdas sobre Créditos	-	(2.271)	(582)
Provisão para Contingências - Operacional	-	(225)	(1.140)
Outras	-	(3.416)	(9.993)
Resultado Financeiro Líquido	17.5	14.601	6.265
Receitas Financeiras	17.6	19.181	8.757
Despesas Financeiras	17.7	(4.580)	(2.492)
Resultado Patrimonial		48	(638)
Receitas Patrimoniais	-	48	-
Despesas Patrimoniais	-	-	(638)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		23.990	(957)
Imposto de Renda	19	(5.459)	(1.446)
Contribuição Social	19	(2.907)	(773)
Impostos Diferidos	19	(1.055)	2.090
Participações no Resultado	-	(131)	594
Resultado Líquido		14.438	(492)
QUANTIDADE DE AÇÕES		4.629	4.629
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR LOTE DE AÇÕES		3,12	(0,11)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.438	(492)
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	(52)	-
(Perdas) Não Realizadas com Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(86)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social relacionados aos componentes dos outros resultados abrangentes	34	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	14.386	(492)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2011	2010
Recebimento de Planos de Saúde	255.279	224.127
Resgate de Aplicações Financeiras	264.571	215.447
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	16.434	597
Outros Recebimentos Operacionais	22.319	411
Pagamento a Fornecedores / Prestadores de Serviço de Saúde	(212.700)	(182.486)
Pagamento de Comissões	(21.546)	(18.601)
Pagamento de Pessoal	(1.523)	(9.985)
Pagamentos de Serviços de Terceiros	(5.214)	

seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à legalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, anteriormente classificados na rubrica "Provisões Fiscais", estão contabilizados nas rubricas "Tributos e Contribuições a Recolher", no passivo circulante e não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Valores e Bens", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **(3.7) BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO:** Os benefícios mantidos pela Companhia compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos dos referidos benefícios são provisionados pelo regime de competência em conformidade com a Instrução Normativa ANS 37/2009 que aprovou o CPC 33 - Benefícios a Empregados. **(3.8) DIVIDENDOS:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração são refletidos em sub-contas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **(3.9) USO DE ESTIMATIVAS:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com o CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para contingências e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Ativo Fiscal Diferido (vide nota 9); • Ações Fiscais (vide nota 15.2). **(3.10) NORMAS EMITIDAS E AINDA NÃO ADOTADAS:** Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS, emitidas pelo IASB, ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS citados a seguir, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada destas normas pela Companhia está condicionada a aprovação prévia pela ANS. São as normas: **(3.10.1) NORMAS REVISADAS:** (a) **IAS 1 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (PRESENTATION OF FINANCIAL STATEMENTS):** Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que tem o objetivo de reformular a apresentação de "Outros Resultados Abrangentes". Essa revisão passará a vigorar em 01.07.2012. (b) **IAS 12 - IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS (INCOME TAXES):** A alteração limitada no escopo do IAS 12, que teve início no projeto de convergência com o USGAAP, visa resolver problemas práticos desta norma sem alterar sua orientação fundamental ou a divergência em relação ao USGAAP. Essa norma passará a vigorar em 01.01.2012. (c) **IAS 19 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS (EMPLOYEE BENEFITS):** Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que foi focada basicamente em benefício pós-emprego. Essa revisão passará a vigorar em 01.01.2013. (d) **IAS 28 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (INVESTMENTS IN ASSOCIATES):** Em maio de 2011, houve mais uma revisão desta norma para alinhamento a nova norma IFRS 11. Essa revisão passará a vigorar em 01.01.2013. **(3.10.2) NOVAS NORMAS:** (a) **IFRS 9 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS (FINANCIAL INSTRUMENTS):** Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e mensuração de passivos financeiros, foi emitida pelo IASB e a data de implementação obrigatória foi fixada para vigorar em 01.01.2013, no entanto, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4 e aos projetos de *impairment* e *hedge accounting* (incluindo *macro hedging*), que colocam em dúvida se esta data é apropriada, o comitê do IASB deverá adiar a data de implantação obrigatória para 01.01.2015. (b) **IFRS 11 - ACORDOS CONJUNTOS (JOINT ARRANGEMENTS):** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o princípio de que uma das partes em um acordo conjunto determina o tipo de arranjo conjunto em que está envolvida, avaliando os seus direitos e obrigações e contas por esses direitos e obrigações de acordo com esse tipo de arranjo comum, sendo que um arranjo comum é definido quando duas ou mais partes possuem o controle em conjunto. Essa norma passará a vigorar para períodos anuais em ou após 01.01.2013. (c) **IFRS 12 - DIVULGAÇÃO DE INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES (DISCLOSURE OF INTERESTS IN OTHER ENTITIES):** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de exigir divulgação que permita aos usuários de demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados, seus interesses em outras entidades, os efeitos desses interesses em sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Este IFRS é obrigatório para uma entidade que tem interesse em subsidiárias, acordos conjuntos (operações conjuntas ou *joint ventures*), associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Essa norma passará a vigorar para períodos anuais em 01.01.2013. (d) **IFRS 13 - MENSURAÇÃO A VALOR PRESENTE (FAIR VALUE MEASUREMENT):** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de definir "valor justo" em um IFRS específico onde divulgações sobre o valor justo são requeridas, de forma especializada. Essa norma passará a vigorar para períodos anuais em 01.01.2013. Exceto quanto a IFRS 9, cujo o impacto ainda está sendo avaliado, a SulAmérica analisou as novas normas e revisões e julga que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras na adoção.

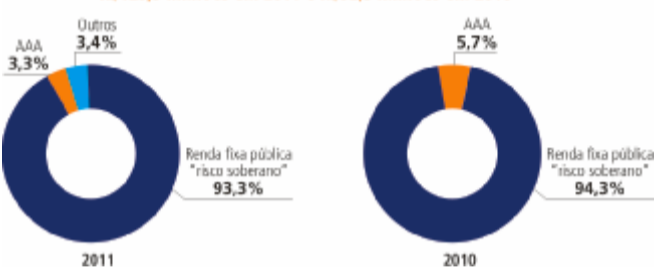
(4) GESTÃO DE RISCOS: A gestão de riscos corporativos se concentra em cinco aspectos principais: • Controlar o impacto dos eventos negativos; • Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos; • Buscar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor para o acionista; • Alinhar o apetite de risco da organização com as estratégias adotadas; • Prover melhorias de alocação de capital. Para definir as estratégias da Gestão Corporativa de Riscos, foi constituído o Comitê de Riscos Corporativos (CoR) formado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente de Controle e Relação com Investidores, Diretor de Riscos e Atuária e Vice-Presidentes das Unidades de Negócios. O CoR é um fórum colegiado, com visão integrada dos riscos a que a SulAmérica está sujeito, bem como da interdependência entre as várias categorias de riscos. O CoR tem as seguintes atribuições: • Aprovar as políticas de gerenciamento de riscos; • Alinhar o apetite de risco com a estratégia da organização; • Suportar a gestão estratégica de riscos da organização para melhor alocação do capital; • Reportar a Alta Administração e ao Conselho de Administração, na função de supervisão, o tratamento dos riscos relevantes; • Aprovar os níveis de retenção de risco por ramo de seguro e mudanças significativas nas políticas de subscrição, além dos contratos de resseguro. **(4.1) ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES PELA GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS:** O Conselho de Administração executa a importante atividade de supervisão do Gerenciamento de Riscos da Organização, mantendo-se ciente e de acordo com os níveis de tolerância a riscos definidos pelo CoR. O CoR tem a responsabilidade de periodicamente, rever as estratégias globais dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para esses riscos (tolerância a riscos). Os direcionamentos estabelecidos são aplicados em cada unidade de negócio (*Business Unit - BU*), que deverão apoiar a filosofia da gestão de riscos, administrando-os dentro de suas esferas de responsabilidades. Esse apoio possibilitará que os demais níveis gerenciais conheçam e utilizem essa tolerância aos riscos de acordo com as políticas e normas estabelecidas. A Companhia opera no ramo de Saúde Grupal e Individual e estes são seus campos de atuação na gestão do risco corporativo por BU. **(4.2) SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS:** A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, tem levado em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*. O Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos é baseado nesta metodologia, que concebe o Sistema de Controles Internos como resultado de ações estruturadas, segundo oito componentes que, inter-relacionados constituem a base para uma estrutura integrada de riscos (*ERM - Enterprise Risk Management*). O ERM pode ser percebido sob duas formas: para satisfazer as necessidades de controles internos e como um sistema completo, abrangente e integrado de gerenciamento de riscos. Os componentes constituintes da base para a estrutura integrada de riscos estão definidos a seguir: • **O Ambiente Interno:** Nível de conscientização e cultura de uma organização a respeito da necessidade do gerenciamento de riscos e controles. É a base para todos os outros componentes do gerenciamento de riscos corporativos, propiciando o método pelo qual os riscos são identificados e abordados por seus colaboradores. Compreende a integridade e os valores éticos, as práticas de conduta, estrutura organizacional, aspectos de governança, atribuição de responsabilidades e políticas de recursos humanos. Reflete as atitudes da administração, cuidados e ações relacionadas à estabilidade e à boa execução dos processos operacionais. • **Definição de Objetivos:** O processo que define as estratégias deve permitir que estes se deem de forma integrada à missão e à visão da SulAmérica, a partir do estabelecimento de objetivos ajustados ao apetite de risco, o qual direciona os níveis de tolerância aos riscos. • **Identificação de Eventos:** Os eventos externos e internos que possam afetar o cumprimento dos objetivos devem ser identificados como riscos ou oportunidades. • **Avaliação dos Riscos:** A avaliação dos riscos relevantes se dá sob duas perspectivas: quantitativa e/ou qualitativa. No enfoque quantitativo, são utilizados modelos para avaliação das eventuais perdas esperadas e inesperadas. Pelo enfoque qualitativo, os riscos são avaliados com base no eventual impacto e na probabilidade para indicar o grau de exposição ao risco para o alcance dos objetivos. • **Resposta ao Risco:** No processo de gestão de riscos devem ser identificadas e avaliadas as opções de respostas ao risco (evitar, aceitar, mitigar, compartilhar ou transferir), implementando ações para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite de risco, mantendo-os em níveis aceitáveis. • **Atividades de Controle:** Políticas e procedimentos internos devem ser definidos e implementados pela Alta Administração, para ajudar e garantir que as respostas aos riscos foram corretamente realizadas, de forma que os objetivos estratégicos e operacionais sejam alcançados. A avaliação do melhor tipo de controle deve pressupor os volumes envolvidos, a relevância, a complexidade das operações, o risco analisado e as prioridades estratégicas definidas. • **Informação e Comunicação:** A Comunicação deve ser eficaz, ocorrendo de forma que todas as atividades possam ser abrangidas. As informações relevantes devem ser identificadas, coletadas na forma e nos prazos necessários para que todos executem suas tarefas corretas e tempestivamente. Os riscos e não conformidades devem ser reportados adequadamente para formulação de planos de ação. • **Monitoramento:** A

gestão de riscos corporativos deve ser monitorada através de atividades gerenciais contínuas e os pontos identificados de não conformidade comunicados à Alta Administração. **(4.3) CONCENTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES:** A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos estão concentradas nos estados de São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios de seguro por unidade da federação.

UF	Representatividade	
	2011	2010
SP	52,2%	43,5%
DF	23,6%	20,7%
RJ	14,7%	24,7%
BA	2,6%	4,2%
PE	2,6%	1,6%
AM	0,9%	1,1%
	3,4%	4,2%

(4.4) DESCRIÇÃO E GESTÃO DOS RISCOS NAS OPERAÇÕES: O Gerenciamento de Riscos Corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Crédito, Mercado, Subscrição, Operacional, Estratégico e Legal e *Compliance*. **(4.4.1) RISCO DE CRÉDITO:** É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumprilos nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguro e dos créditos detidos juntos as instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, e ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas. **(4.4.1.1) Aplicações Financeiras: (a) Política de Investimentos:** No gerenciamento do risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um Comitê de Crédito (CoC). Estes limites são refletidos em Mandatos de Investimento, documento que formaliza a delegação de alçadas aos gestores. O cumprimento dos mandatos é monitorado pela área financeira. Resumidamente, os limites para exposição de crédito não restringem alocações em títulos públicos federais, mas não permitem investimentos em títulos públicos estaduais e municipais. Em relação a emissões de empresas financeiras, não-financeiras ou quotas de fundos de investimentos, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos das empresas e fundos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "Score" ("rating" interno). Com base no "Score" obtido, é estabelecido um limite de crédito. Esse limite será utilizado para restringir a exposição máxima a títulos de emissão de determinada empresa não-financeira ou financeira. Os limites de exposição são monitorados e avaliados de forma consolidada, regularmente pela empresa gestora dos investimentos (vide nota 4.4.2.1) e pela área financeira. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos que não esteja prevista nos Mandatos de Investimentos deve ser aprovada pelo CoC. Os gráficos a seguir apresentam a distribuição dos investimentos por rating, onde 96,6% do total de aplicações financeiras em 31.12.2011 (100% em 2010) estão alocados nas classes AAA ou risco soberano (títulos públicos).

INVESTIMENTO POR RATING
R\$129,3 milhões em 2011 e R\$92,9 milhões em 2010



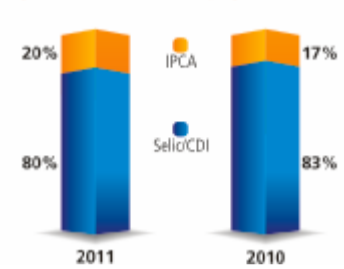
(4.4.1.2) Operações de Seguro: Com relação ao risco de não recebimento dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações, orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. São estabelecidos limites de alçadas para a aceitação dos riscos que contemplam também a análise do histórico de crédito do segurado e a exposição ao risco em cada operação. A gestão do risco de crédito também leva em consideração, no monitoramento da inadimplência, o acompanhamento da redução ao valor recuperável (*impairment*) dos prêmios a receber. **(4.4.2) RISCO DE MERCADO:** É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, *commodities*, etc.), causada por fatores adversos. Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: risco na taxa de juros, risco de liquidez, risco em câmbio, risco de derivativos e *hedge*, risco em ações e risco de inflação. As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado: • processo de gerenciamento de ativos e passivos - *ALM (Assets and Liabilities Management)* monitorado regularmente pelo *Assets and Liabilities Committee - ALCO*; • elaboração de Mandatos de Investimentos estabelecidos onde são considerados os seguintes aspectos: perfil dos negócios, estudos atuariais e aspectos de liquidez; • instrumentos derivativos para diminuir os impactos da taxa de juros; • limites máximos de *Value at Risk - VaR* e análises de cenários alternativos conhecidos como "*stress testing*"; • análises de fluxo de caixa projetado e revisão das obrigações assumidas e instrumentos financeiros utilizados para mitigação e monitoramento do risco de liquidez; • análises e monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras. **(4.4.2.1) O Processo de Gerenciamento de Ativos e Passivos na Organização (ALM):** A gestão dos investimentos é, substancialmente, feita pela SulAmérica Investimentos DTVM (SAMI). Apenas, 3,34% do total da carteira de investimentos não é gerenciada pela SAMI. O ALM é utilizado pela Companhia como uma das principais ferramentas para determinar os parâmetros das alocações de seus investimentos. O ALCO foi formado para a discussão do assunto. Desde então, de acordo com as diretrizes definidas pelo Comitê, e seguindo as políticas descritas em Mandatos de Investimentos (atualizados periodicamente), os administradores de recursos alocam os ativos financeiros em investimentos adequados ao comportamento dos passivos. Estes Mandatos de Investimentos refletem pontos importantes para a gestão adequada dos recursos, tal como a política de investimentos, composição das carteiras por ativo, limites para cada carteira, legislação, descrição dos produtos e dos passivos, dentre outros aspectos. De uma forma geral, a política de investimentos tem como objetivo estabelecer um grau de alinhamento entre um mínimo de liquidez necessária para Companhia e diretrizes de investimentos que otimizem a rentabilidade dos ativos, levando em consideração as características dos passivos de cada um dos negócios. Desta forma, os limites e *benchmark*s estabelecidos visam minimizar os riscos financeiros do desasamento entre ativos e passivos envolvidos no processo de investimentos dos recursos, bem como tornar eficiente a alocação dos ativos. Para que a gestão dos ativos seja eficiente, os recursos financeiros estão alocados em três carteiras - (i) liquidez, (ii) operacional e (iii) capital - de acordo com a sua natureza e objetivos. Todas as três carteiras possuem: • *Benchmark*s definidos individualmente; • Revisão e rebalanceamento individual periódico; • Diferentes prioridades de alocação; • Políticas de investimentos individuais e • Limites de risco individual. As carteiras são definidas da seguinte forma: **(a) Carteira de Liquidez:** O objetivo da carteira de liquidez é estabelecer uma reserva a fim de garantir o pagamento de 85% das despesas operacionais por um período de 15 dias no caso de algum evento ocorrido, em que seus recebimentos estejam comprometidos (como por exemplo, uma greve dos bancos). Desta forma, todos os investimentos alocados na carteira devem ser destinados para atender as necessidades de caixa de curto prazo, mitigando desta forma o risco de liquidez. **(b) Carteira Operacional:** O objetivo da carteira operacional é alocar os investimentos financeiros mobiliários vinculados à ANS, destinados a proteção dos passivos operacionais. Os investimentos destinados a carteira operacional são alocados não só visando maximizar a rentabilidade dos ativos, mas também mitigar os riscos de desasamento entre os ativos e passivos da Companhia. Desta forma, não se espera necessariamente o maior retorno possível para esta carteira de investimentos, mas sim um balanceamento entre risco, retorno, casamentos de fluxos de caixa entre ativos e passivos e a obtenção de investimentos eficientes, levando em consideração os compromissos assumidos pela Companhia. **(c) Carteira de Capital:** A carteira de capital tem como objetivo alocar os investimentos financeiros remanescentes não alocados nas carteiras de liquidez ou operacional.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Reserva de sinistros contabilizada	16,75	15,64	19,01	27,56	31,31	39,02	45,61	194,90
Efeito do desconto financeiro	0,19	(0,16)	(0,15)	(0,40)	(1,65)	(0,65)	(0,69)	(3,51)
Reserva de sinistros sem desconto financeiro	16,56	15,80	19,16	27,96	32,96	39,67	46,30	198,41
Estimativa de sinistros acumulada:								
No final do ano	16,56	15,80	19,16	27,96	32,96	39,67	46,30	
Um ano depois	18,43	15,59	18,98	33,00	39,00	42,32		
Dois anos depois	18,81	15,90	19,30	33,73	39,21			
Três anos depois	18,95	15,95	19,37	34,34				
Quatro anos depois	18,99	15,95	19,88					
Cinco anos depois	18,99	16,28						
Seis anos depois	18,99							
Estimativa de sinistros acumulada até 2011	18,99	16,28	19,88	34,34	39,21	42,32	46,30	217,32
Pagamentos acumulados até 2011	18,99	16,28	19,88	34,34	39,16	41,35	0,00	170,00
Responsabilidade reconhecida em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,92	45,33	46,30
Desconto financeiro reconhecido em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(0,03)	(0,66)	(0,69)
Impacto de anos anteriores na reserva de 2011								2,06%

(4.4.4) RISCO OPERACIONAL: O risco operacional pode ser definido como o risco de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou de eventos externos. Mais especificamente, pode ser entendido como: • **Risco de Fraudes Internas:** Comportamentos fraudulentos e/ou criminosos com intenção de obter ganhos pessoais e/ou subtrair a propriedade alheia em benefícios próprios ou da SulAmérica; • **Fraudes Externas:** Pessoas que não são funcionários exercerem atividades irregulares em benefício próprio; • **Relações Trabalhistas:** Decisões Judiciais por práticas incompatíveis com leis e/ou acordos trabalhistas, novas à saúde e/ou segurança dos funcionários ou por discriminação e/ou diferenciação no tratamento; • **Falhas de Sistemas:** Impossibilidade de obter informações devido à falha de comunicação, perda da capacidade de processamento ou dificuldade na operação dos sistemas; • **Execução e Gestão de Processos:** Disponibilidade, registro de informações inválidas, incompletas ou de maneira intempestiva a entidades externas, órgãos reguladores, acionistas e investidores; • **Práticas Comerciais Inadequadas:** Falta de cumprimento de padrões éticos e comportamentais estabelecidos e práticas inadequadas do pessoal de vendas. Orientação e/ou consultoria inadequada a clientes que leve a falsas expectativas com relação aos produtos e serviços prestados; • **Danos a Ativos:** Desastres naturais e outros eventos que ocasionam perdas físicas a ativos; • **Interrupção das Ati-**

idealmente, a carteira de capital deve ser utilizada para investir os recursos livres, buscando maximizar a rentabilidade dos ativos para um determinado nível de risco selecionado. **(d) Acompanhamento do ALM e Risco de Mercado:** Mensalmente, são emitidos relatórios gerenciais contendo informações sobre as alocações nas carteiras de investimentos. Estes relatórios permitem a área financeira e de gestão de riscos um acompanhamento periódico dos investimentos. Além disso, em reunião mensal, os gestores dos investimentos discutem os tópicos relevantes sobre os resultados de investimentos do mês, cenários econômicos internacionais e nacionais, além dos pontos julgados relevantes na data, no que diz respeito aos riscos de mercado envolvidos nas operações de investimentos. Periodicamente, o ALCO se reúne com o objetivo de corroborar ou modificar as alocações definidas nos Mandatos de Investimentos. São apresentadas no Comitê, análises sobre os passivos e os ativos, levando em consideração os riscos de mercado envolvidos no processo. Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM realizado pela Companhia, está demonstrada a seguir a distribuição dos seus investimentos por indexador em 31.12.2011. **(4.4.2.2) Risco da Taxa de Juros:** A metodologia para o gerenciamento do risco de mercado baseia-se no cálculo do VaR Paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de *stress* para verificar a perda esperada em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios diários com informações sobre o VaR, além de análises mensais sobre os investimentos. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM realizado pela Companhia, está demonstrada a seguir a distribuição dos seus investimentos por indexador em 31.12.2011 e 2010.

INVESTIMENTO POR INDEXADOR
R\$129,3 milhões em 2011 e R\$92,9 milhões em 2010



(4.4.2.3) Risco de Liquidez: A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. Além das análises de ALM, são elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar este risco. Adicionalmente, conforme mencionado na nota 4.4.2.1, item (a), a Companhia possui "Carteira de Liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de *stress*. Estes investimentos são destinados para atender as necessidades de caixa de curto prazo. **(4.4.2.4) Risco da Inflação:** Os estudos de ALM realizados pelo ALCO identificaram que parte dos passivos não judiciais dos negócios são indexados a inflação, além das causas judiciais que por determinação legal possuem correção monetária por índices de inflação. Desta forma, para fazer frente ao risco dos passivos, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários. Em 31.12.2011, a Companhia registrou aproximadamente R\$25,3 milhões (R\$15,99 milhões em 2010) de ativos indexados a inflação. Vale ressaltar que apesar dos produtos comercializados serem de curto prazo, as responsabilidades originárias desses contratos nem sempre são de curto prazo, principalmente aquelas relacionadas a causas judiciais. Em função disso, os ativos relativos a estes passivos são alocados em diversos vencimentos. **(4.4.3) RISCO DE SUBSCRIÇÃO:** Oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes nas premissas atuariais e financeiras ou na constituição das provisões técnicas. O risco de subscrição pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição dos produtos, risco no valor do sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões. **(4.4.3.1) Uso de Modelos Internos:** A Companhia dispõe de modelos internos atuariais que possuem o objetivo de apurar o Capital Econômico devido aos riscos de subscrição. Estes modelos apuram o valor em risco para cada ramo de negócios e permite uma gestão mais eficaz do risco, já que possibilita quantificar ganhos e perdas na adoção de novos planos de ações para o controle e mitigação dos riscos de subscrição, dando desta forma suporte a tomada de decisão. Os modelos internos produzem resultados estocásticos para avaliar o risco de subscrição e são estruturados de forma a mensurar tanto o risco de precificação quanto o risco de desvios na constituição das provisões técnicas. **(4.4.3.2) Risco de Subscrição, Precificação, Definição dos Produtos, Retenção Líquida e Risco Moral:** Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Companhia realiza periodicamente Procedimentos de Análise e Revisão de Produtos (PARP) com o objetivo de rever os seguintes aspectos sobre os produtos comercializados: • Definições do produto: análise do escopo do produto e das garantias oferecidas aos segurados bem como o público-alvo das vendas; • Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes. Análise de possíveis impactos em outros produtos existentes na Companhia; • Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado; • Precificação (*pricing*): estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas dos acionistas. Para isso, projeta-se o fluxo de caixa das apólices, simulando todo o fluxo financeiro. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa definida para o produto e as fontes geradoras de lucros e perdas; • Outros: o PARP aborda ainda análises sobre os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro. Após a análise de todos os pontos descritos acima, são definidos (se necessário) planos de ações para adequação do produto às expectativas da Companhia. O PARP também se aplica quando do lançamento de novos produtos ou realizações de parcerias. Periodicamente o acompanhamento do desempenho dos produtos e parcerias é apresentado ao comitê de riscos. Caso necessário, são adotados planos de ações para adequação dos produtos e parcerias aos objetivos da empresa. **(4.4.3.3) Análise de Sensibilidade em Saúde:** A tabela abaixo apresenta o impacto no resultado, caso haja uma variação na sinistralidade, despesas administrativas ou despesas de comercialização:

Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 1% na sinistralidade	(2.135)	(2.135)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(34)	(34)
Aumento de 1% nos custos de comercialização	(173)	(173)

(4.4.3.4) Risco na Provisão: Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões nas operações de seguros são, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional, adaptadas para refletirem a realidade da Companhia. Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação do risco da provisão, a Companhia possui os seguintes procedimentos: • **Testes de Consistência das Metodologias de Constituição das Provisões e Reservas Matemáticas:** Neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias e premissas utilizadas para a constituição das provisões técnicas e reservas matemáticas. Este procedimento é realizado no mínimo anualmente; • **Recálculo das Provisões Técnicas:** Periodicamente são realizados recálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados. Estes cálculos são feitos no mínimo anualmente; • **Acompanhamento Mensal da Variação das Provisões Técnicas:** Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões e reservas técnicas para acompanhamento da sua adequação; • **Controle Estatístico de Qualidade:** Mensalmente são utilizados modelos de séries temporais a fim de capturar modificação nos padrões das principais variáveis contidas nas metodologias de cálculo das provisões técnicas. Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo, nas premissas e na tomada de decisão. Estes pontos favorecem a manutenção da adequação das provisões técnicas. A seguir, a tabela que reflete a evolução das provisões de sinistros nos últimos exercícios:

	R\$ Milhões	
	2010	2011
Total	39,02	45,61
Reserva de sinistros sem desconto financeiro	39,67	46,30
Reserva de sinistros contabilizada	16,56	15,80
Efeito do desconto financeiro	(0,65)	(0,69)

vidades: Impossibilidade de sustentar as operações, prover serviços essenciais ou recuperar custos operacionais decorrentes de desastres controláveis ou não. **(4.4.4.1) Fraudes:** As fraudes são riscos operacionais inerentes ao negócio. A SulAmérica conta com canais específicos de comunicação e uma área totalmente dedicada à prevenção das fraudes e desenvolvimento de políticas de prevenção a fraudes, além de treinamentos contínuos para os seus funcionários. **(4.4.4.2) Gestão dos Riscos Operacionais:** Todos os processos estão mapeados em um sistema de dados (*Null/Risks*) com todo o fluxo de atividades contidas, bem como cada risco identificado e os controles envolvidos em cada etapa. Cada risco e controle trazem informações qualitativas e quantitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com níveis de risco e ainda a identificação de possíveis planos de ação para mitigação de possíveis perdas operacionais. O plano de continuidade de negócios é tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prevenir o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica e seus segurados. Atualmente, a SulAmérica está trabalhando em um novo projeto para a gestão dos riscos operacionais a fim de obter a excelência na gestão deste tipo de risco. O novo projeto conta com novas definições e visões do negócio e tem por objetivo alinhar nossas práticas com as melhores práticas internacionais como segue:

Abertura do Dicionário de Riscos Operacionais: Composto por 8 categorias de riscos. Estas categorias foram consideradas como riscos primários e foram criadas novas classes de risco (riscos secundários e riscos terciários), totalizando 180 classificações. As classificações tem o objetivo de alinhamento ao que é determinado internacionalmente como melhores práticas internacionais (de acordo com COSO e Basileia). A abertura do dicionário de riscos operacionais tem o objetivo de proporcionar uma melhor identificação dos riscos na operação, com consequente melhoria na gestão; • **Agrupamento dos Processos em Macro Processos:** Os processos hoje cadastrados no sistema *NullRisks* foram enquadrados em macro processos definidos como essenciais. Este formato tem o objetivo de proporcionar análises globais por unidades de negócios tornando mais eficiente, desta forma, a gestão dos riscos operacionais entre os negócios da SulAmérica; • **Desenvolvimento de um Novo Software:** Foi desenvolvido um novo *software* customizado para os negócios da SulAmérica para tratamento dos riscos operacionais. Este novo sistema será integrado com o mapeamento dos macro processos e permitirá análises qualitativas e quantitativas, incluindo cálculos estocásticos; • **Construção de uma Base de Perdas:** O novo sistema tem o objetivo de proporcionar integração com diversas áreas para o registro de perdas operacionais. Estes registros permitirão obter informações observadas (e não subjetivas) sobre as perdas que de fato ocorreram para cada macro processo e qual a causa do risco, possibilitando desta forma a criação de planos de ações efetivos e direcionados para a solução dos problemas. Adicionalmente, a base de perdas aliada às informações dos macro processos, tem o objetivo de proporcionar no futuro o cálculo do capital necessário (VaR) para suportar perdas operacionais. (4.4.5) **RISCO ESTRATÉGICO:** É o risco de perdas resultantes de processos ou tomada de decisões que impactem a sustentabilidade, o crescimento ou a obtenção de vantagem competitiva. Pode ser entendido também como: • **Risco de Planejamento:** Elaboração do planejamento estratégico e/ou orçamento com base em premissas e/ou medidas de desempenho inadequados à realidade da SulAmérica; • **Recursos Humanos:** Procedimentos executados por pessoas sem habilidade, treinamento ou experiência suficientes para atingir os objetivos da instituição. Dependência de pessoas-chave; • **Indicadores de Metas:** Avaliação inadequada de desempenho; • **Custo de Oportunidade:** Redução do valor econômico de recursos financeiros devido à perda de valor do dinheiro no tempo, descausamento do fluxo de caixa ou retorno de investimento insuficiente em relação a outras alternativas que ofereçam o mesmo grau de risco; • **Concorrência:** Ação de concorrentes afetando adversamente o posicionamento da SulAmérica no mercado; • **Prego:** Incompatibilidade dos preços definidos nas transações de compra e/ou venda com os praticados pelo mercado; • **Comunicação:** Falta de transparência, exatidão e clareza das informações relativas às operações da SulAmérica. (4.4.5.1) **Gestão do Risco Estratégico:** A SulAmérica possui um Comitê de Avaliação de Planos de Ação (COPA), com participação de sua Alta Administração, com reuniões mensais para avaliar e aprovar todo e qualquer plano de ação proposto, por qualquer unidade de negócio, que implique em investimentos ou despesas adicionais às orçadas previamente. Estes investimentos e despesas devem ser aprovados de acordo com o orçamento aprovado para o ano. O COPA também possui como atribuições: • Garantir que o orçamento para o plano de ação seja cumprido; • Priorizar os planos de ação, quando o orçamento for insuficiente para a execução de todas as propostas; • Garantir que os planos de ação sejam avaliados e aprovados de acordo com critérios objetivos e previamente estabelecidos; • Garantir que os planos de ação estejam de acordo com os objetivos da Companhia; • Avaliar os resultados dos planos de ação aprovados, determinando a sua interrupção caso os resultados alcançados estejam em desacordo com as projeções. O custo de capital utilizado nos projetos segue a metodologia de cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) e os valores das premissas são revisados anualmente, no processo de construção do plano de orçamento plurianual ou mais frequentemente caso o comitê corporativo julgue necessário. Adicionalmente, para assegurar que os objetivos determinados no planejamento estratégico sejam alcançados, foi adotado pela SulAmérica um modelo de gestão – o *Balanced ScoreCard* (BSC) – que traduz a estratégia utilizando perspectivas, objetivos, indicadores e metas. Este modelo visa acompanhar, no curto prazo, o direcionamento do negócio no longo prazo, permitindo assim antecipar possíveis distorções de rumo. Além disso, o BSC procura tornar a comunicação da estratégia mais clara para toda a organização, a partir do momento que todos os colaboradores sabem quais as metas a serem conquistadas. Anualmente, a SulAmérica estabelece o Plano de Orçamento Plurianual (POP) com o orçamento para o Saúde Individual e Grupal para os próximos 3 anos. O POP

permite uma comunicação clara entre as metas definidas pelos acionistas e a Alta Administração. O orçamento é acompanhado periodicamente durante o ano e as estratégias mantidas ou redefinidas de acordo com os acontecimentos. (4.4.6) **RISCO LEGAL E COMPLIANCE:** É o risco de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. De forma mais específica, pode ser identificado como: (i) Risco com órgãos reguladores, (ii) Risco de atividades em desacordo com políticas internas, (iii) Risco de lavagem de dinheiro, (iv) Risco de reputação e (v) Risco de contratos. (4.4.6.1) **Gestão do Risco Legal:** Presente em cada unidade de negócio e neste caso específico, para saúde grupal e individual com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização junto com seus prestadores de serviço realiza a revisão nos contratos de seguros a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica contribui ativamente com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais em nossas operações. (4.4.6.2) **Gestão do Risco de Compliance:** (a) **Auto-Avaliação de Controles Internos:** A SulAmérica instituiu uma estrutura de *compliance* e a figura dos gestores *compliance*, a fim de adequar as suas atividades às determinações da ANS, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação. Os gestores *compliance* têm por função disseminar a metodologia e as determinações de *compliance* em suas áreas, garantindo a efetividade do gerenciamento dos riscos, através de algumas etapas básicas que consistem no detalhamento das atividades chaves e seus processos, identificação de riscos e controles e criação de planos de ação. O processo de auto-avaliação do sistema de controles internos é realizado no mínimo duas vezes ao ano. (b) **Documentação Eletrônica:** A SulAmérica possui documentação eletrônica (DocNix) referente à política e procedimentos dos processos da organização, manuais de estrutura organizacional e resoluções da diretoria executiva. A documentação eletrônica permite informações sempre atualizadas e consultas de forma ágil e segura. A lista de distribuição de cada um dos documentos é indicada pela área responsável (emissor) e, em alguns casos, poderá ter acesso restrito a alguns departamentos da Companhia. (c) **Auditoria Interna:** Responsável por planejar e coordenar os trabalhos de auditoria preventiva (operacional e sistemas). Certifica a existência de adequados controles internos operacionais e sistêmicos que permitem a identificação e gerenciamento dos riscos presentes no cotidiano da SulAmérica, bem como a aderência às normas e à legislação em vigor. (4.5) **GESTÃO DO CAPITAL:** A Companhia apura mensalmente, a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante o ano de 2011, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pela ANS. Conforme citado nos itens anteriores, a SulAmérica possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de risco, observando desta forma independente do capital regulatório sua própria estimativa de capital baseado em riscos. A utilização dos modelos internos é fundamental em um ambiente de gestão de riscos. Atualmente, a SulAmérica possui modelos internos estocásticos para mensuração do capital econômico devido para cada um de seus negócios e riscos. Desta forma, estima-se o capital econômico para que a solvência da SulAmérica seja assegurada para um determinado nível de confiança. Os modelos internos consideram correlações entre os negócios da Companhia além de possíveis efeitos de diversificação. Para cada um dos negócios, é apurado o capital econômico nos seguintes níveis: - Capital para Risco de Subscrição, segregando o risco da provisão do risco de precificação; - Capital para Risco de Mercado, segregando os riscos de taxa de juros, inflação, câmbio, moedas estrangeiras e outros ativos; - Capital para Risco de Crédito, segregando os riscos de resseguro, contas a receber, risco de crédito nos investimentos e demais ativos; - Capital para Risco Operacional e Legal; - Capital para Risco Estratégico. Através dos resultados obtidos dos modelos internos, é calculado e monitorado mensalmente para cada uma das linhas de negócio da Companhia, os seguintes indicadores: - ROEC: Retorno sobre o capital econômico; - ROXC: Retorno sobre o acimo de capital; - ROAC: Retorno sobre o capital alocado. Os indicadores acima são periodicamente discutidos pela Alta Administração da Companhia e indicam o desempenho de cada unidade de negócio tendo em consideração o lucro vis a vis o risco assumido. Com base nas avaliações, são definidos planos de ações para os produtos e negócios da Companhia no sentido de alinhar as métricas com o apetite de risco e retorno exigido pelos acionistas. Os modelos são periodicamente revisados e calibrados pela equipe de modelagem e gestão de riscos da SulAmérica. (5) **APLICAÇÕES:** (5.1) **COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES:**

	Valor Justo por Meio do Resultado		Disponível para Venda		Mantido até o Vencimento		Taxa Média de Juros	2011
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor de Mercado	Total	Total
Títulos de Renda Fixa - Privados	-	-	4.284	4.292	-	-	-	4.292
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC Pós-fixado CDI	-	-	4.284	4.292	-	-	111,5% CDI	4.292
Títulos de Renda Fixa - Públicos	110	110	111.503	111.414	437	437	SELIC	111.961
Letras Financeiras do Tesouro	110	110	86.092	86.096	437	437		86.643
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Série B - Pós-fixado IPCA	-	-	25.411	25.318	-	-	IPCA + 4,57%a.a	25.318
Quotas de Fundos de Investimentos	13.087	13.087	-	-	-	-	-	13.087
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	4.323	4.323	-	-	-	-	-	4.323
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	8.764	8.764	-	-	-	-	-	8.764
Letras Financeiras do Tesouro	7.577	7.577	-	-	-	-	SELIC	7.577
Operações Compromissadas	1.177	1.177	-	-	-	-	-	1.177
Outros	10	10	-	-	-	-	-	10
TOTAL	13.197	13.197	115.787	115.706	437	437		129.340
%	-	10,2%	-	89,5%	0,3%	-	-	100%
Circulante	-	13.087	-	115.595	-	-	-	128.682
Não Circulante	-	110	-	111	437	-	-	658

	Valor Justo por Meio do Resultado		Disponível para Venda		Mantido até o Vencimento		Taxa Média de Juros	2011
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor de Mercado	Total	Total
Títulos de Renda Fixa - Privados	5.318	5.318	-	-	-	-	-	5.318
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC Pós-fixado CDI	5.318	5.318	-	-	-	-	107,99% CDI	5.318
Títulos de Renda Fixa - Públicos	58.697	59.024	2.884	2.884	2.884	2.884	SELIC	61.908
Letras Financeiras do Tesouro	43.032	43.035	2.884	2.884	-	-	-	45.919
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Série B - Pós-fixado IPCA	15.665	15.989	-	-	-	-	IPCA + 6,24%a.a	15.989
Quotas de Fundos de Investimentos	25.722	25.722	-	-	-	-	-	25.722
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	25.722	25.722	-	-	-	-	-	25.722
Letras Financeiras do Tesouro	14.870	14.870	-	-	-	-	SELIC	14.870
Operações Compromissadas	10.850	10.850	-	-	-	-	-	10.850
Outros	2	2	-	-	-	-	-	2
TOTAL	89.737	90.064	2.884	2.884	2.884	2.884		92.948
%	-	97%	-	3%	-	-	-	100%
Circulante	-	88.202	-	2.492	-	-	-	90.694
Não Circulante	-	1.862	-	392	-	-	-	2.254

(5.2) **MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES**

	Valor justo por meio do resultado	Mantido até o vencimento	Total	Saldo em 31.12.2010..	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 01.01.2010	52.716	2.734	55.450	90.064	123.559	179.491	2.884	92.948
Aplicações	247.082	-	247.082	123.559	(10.358)	(5.303)	(773)	303.050
Rendimento Resgate	(571)	(26)	(597)	(10.358)	(195.330)	(67.469)	(1.772)	(16.434)
Principal Resgate	(215.357)	(90)	(215.447)	5.226	9.109	98	-	(264.571)
Resultado Financeiro	6.299	92	6.391	-	36	(36)	-	14.433
Outros (Pagamentos)/Recebimentos	(105)	174	69	-	-	(86)	-	-
Saldo em 31.12.2010	90.064	2.884	92.948	13.197	115.706	437	129.340	

(5.3) **APLICAÇÕES POR VENCIMENTO:** O vencimento dos títulos e valores mobiliários em 31.12.2011 e 2010, preparado de acordo com os critérios de contabilização e avaliação é o seguinte:

	Até 02 anos ou sem vencimento	De 02 a 05 anos	De 05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de custo mais rendimentos	Valor de Mercado	Ganhos/ (Perdas) não realizados
VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO							
Títulos de Renda Fixa - Públicos	-	110	-	-	110	110	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	110	-	-	110	110	-
Quotas de Fundos de Investimentos	10.541	35	2.511	-	13.087	13.087	-
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	4.323	-	-	-	4.323	4.323	-
Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos	6.218	35	2.511	-	8.764	8.764	-
Total em 31.12.2011	10.541	145	2.511	-	13.197	13.197	-
Total em 31.12.2010	24.356	65.381	-	-	89.737	90.064	327
DISPONÍVEL PARA VENDA							
Títulos de Renda Fixa - Privados	-	4.284	-	-	4.284	4.292	8
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC	-	4.284	-	-	4.284	4.292	8
Títulos de Renda Fixa - Públicos	61.659	43.665	5.774	405	111.503	111.414	(8)
Letras Financeiras do Tesouro	48.061	38.031	-	-	86.092	86.096	4
Notas do Tesouro Nacional	13.598	5.634	5.774	405	25.411	25.318	(93)
Total em 31.12.2011	61.659	47.949	5.774	405	115.787	115.706	(81)
Total em 31.12.2010	-	-	-	-	-	-	-
MANTIDO ATÉ O VENCIMENTO							
Títulos de Renda Fixa - Públicos	-	437	-	-	437	437	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	437	-	-	437	437	-
Total em 31.12.2011	-	437	-	-	437	437	-
Total em 31.12.2010	2.492	392	-	-	2.884	2.884	-

(5.4) **ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS APLICAÇÕES:** As análises de sensibilidade das aplicações financeiras foram elaboradas considerando: (i) a metodologia de VaR paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e *duration* nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados e (ii) DV01 (*dollar-value or value for one basis-point*), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (%P) na oscilação de uma *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Nos quadros abaixo apresentamos o cálculo da perda esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e a perda com a oscilação de uma *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

	Valor Justo por Meio do Resultado		Disponível para Venda		Mantido até o Vencimento		Taxa Média de Juros	2011
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor de Mercado	Total	Total
Títulos de Renda Fixa - Privados	5.318	5.318	-	-	-	-	-	5.318
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC Pós-fixado CDI	5.318	5.318	-	-	-	-	107,99% CDI	5.318
Títulos de Renda Fixa - Públicos	58.697	59.024	2.884	2.884	2.884	2.884	SELIC	61.908
Letras Financeiras do Tesouro	43.032	43.035	2.884	2.884	-	-	-	45.919
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Série B - Pós-fixado IPCA	15.665	15.989	-	-	-	-	IPCA + 6,24%a.a	15.989
Quotas de Fundos de Investimentos	25.722	25.722	-	-	-	-	-	25.722
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	25.722	25.722	-	-	-	-	-	25.722
Letras Financeiras do Tesouro	14.870	14.870	-	-	-	-	SELIC	14.870
Operações Compromissadas	10.850	10.850	-	-	-	-	-	10.850
Outros	2	2	-	-	-	-	-	2
TOTAL	89.737	90.064	2.884	2.884	2.884	2.884		92.948
%	-	97%	-	3%	-	-	-	100%
Circulante	-	88.202	-	2.492	-	-	-	90.694
Não Circulante	-	1.862	-	392	-	-	-	2.254

(5.5) **CRITÉRIOS ADOTADOS NA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DE MERCADO:** Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

	Fatores de Risco		2011	
	VAR	95%	DV01=	0,01%
IPCA	52	-	52	-
Total	52	-	52	-
	Fatores de Risco		2010	
	VAR	95%	DV01=	0,01%
Préfixado	10	-	10	-
IPCA	34	-	34	-
Total	44	-	44	-

(6) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. Em 31.12.2011 e 2010, os ativos da Companhia estavam classificados no Nível 2, de acordo com a natureza, conforme a seguir: **Nível 2:** • **Títulos de Renda Fixa - Públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; • **Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE):** São títulos pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o *spread* de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGEs das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; • **Quotas de Fundos de Investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. Em 31.12.2011 e 2010 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia.

	2011		2010	
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Ativos Financeiros				
Valor Justo por Meio do Resultado	13.197	90.064	-	-
Disponível para Venda	115.706	-	-	-
Total	128.903	90.064	128.903	90.064
(6) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE: (6.1) PRÊMIOS A RECEBER: (6.1.1) MOV				

(11) PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE:

Ramos	2011			Total
	Provisão de Benefícios Concedidos	Provisão de Sinistros a Liquidar	Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados	
Saúde Grupal	637	30.174	10.037	
Saúde Individual	-	597	388	
Odontológico	-	190	173	
Total	637	30.961	10.598	42.196
Circulante	228	30.413	10.598	41.239
Não circulante	409	548	-	957

Ramos	2010			Total
	Provisão de Benefícios Concedidos	Provisão de Sinistros a Liquidar	Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados	
Saúde Grupal	488	10.384	27.741	
Saúde Individual	-	305	569	
Odontológico	-	222	124	
Total	488	10.911	28.434	39.833
Circulante	188	10.911	28.434	39.533
Não circulante	300	-	-	300

A PSL contempla sinistros em disputa judicial que estão relacionados, principalmente, a negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, e a questionamentos pelo cancelamento dos contratos de seguros em virtude da inadimplência do segurado. Em 31.12.2011 o valor total de sinistros em disputa judicial é de R\$684 (R\$ 30 em 2010). **(11.1) MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE:**

Saldo em 01.01.2010	Provisão de Sinistros a Liquidar e Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados		Provisão de Benefícios Concedidos		Total
	2011	2010	2011	2010	
Avisados / Alterações	32.535	178.150	445	43	
Pagamentos	(183.185)	(183.185)	-	-	
Varição do IBNR / IBNC	11.845	-	-	-	
Saldo em 31.12.2010	39.345	39.345	488	488	39.833

Saldo em 31.12.2010	Provisão de Sinistros a Liquidar e Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados		Provisão de Benefícios Concedidos		Total
	2011	2010	2011	2010	
Avisados / Alterações	39.345	230.901	488	149	
Pagamentos	(211.015)	(211.015)	-	-	
Correção Monetária / Juros	164	-	-	-	
Varição do IBNR / IBNC	(17.836)	-	-	-	
Saldo em 31.12.2011	41.559	41.559	637	637	42.196

(12) GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS: As provisões técnicas possuem a seguinte cobertura:

	2011	2010
Provisões Técnicas de Seguros	42.196	39.833
Montante a ser Garantido	42.196	39.833

Ativos dados em Garantia:

	2011	2010
Títulos de Renda Fixa - Públicos	67.241	57.981
Títulos de Renda Fixa - Privados	4.292	5.318
Total de Ativos	71.533	63.299

(13) PARTES RELACIONADAS (13.1) TRANSAÇÕES: As principais transações com partes relacionadas são resumidas a seguir:

Descrição	Controladora		Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (h)	-	-	-	-	-	-	1.306	1.351	-	-
Sul América Companhia de Seguros Saúde (a) (f)	-	-	1.345	47	-	-	-	-	-	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (e)	-	-	25	15	-	-	(217)	(46)	-	-
Sul América Seguro Saúde S.A. (a) (f)	179	120	1.939	4	-	-	-	-	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b) (g)	7	-	-	-	-	-	-	(6)	(17)	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (c)	-	-	-	-	-	-	-	(30)	(4.712)	-
Acionistas pessoas físicas (d) (f)	-	-	1	-	-	-	132	(23)	(446)	-
Total	186	120	3.310	66	1.306	1.483	(276)	(5.221)	-	-

(a) Transações em conta corrente entre companhias, referente basicamente, a operações com Seguro e Reembolso de Despesas Administrativas; **(b)** Refere-se a seguro de Vida Grupal pago a funcionários; **(c)** Refere-se ao Seguro Saúde a funcionários e dirigentes, calculados com base nas mesmas premissas atuariais utilizadas para os produtos grupais comercializados pela SulAmérica; **(d)** Serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; **(e)** Refere-se à Taxa de Administração a Controlada SAMI por serviços de gestão de ativos; **(f)** Valor referente a Dividendos distribuído entre acionistas, titulares ou sócios da Companhia; **(g)** Valor referente ao plano de Previdência Complementar oferecido pela SulAmérica a todos os colaboradores; **(h)** Receita de prêmios com Seguro Saúde. **(13.2) REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO:** A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Descrição	Contas a pagar	Despesas
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	4	14
Saldo em 2011	4	14
Saldo em 2010	-	2.170

(14) COMPROMISSOS E ÔNUS A LIQUIDAR: (14.1) GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS: A Companhia possui ativos vinculados a ANS, oferecidos em garantia para cobertura das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 12. **(15) DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS, OUTRAS AÇÕES JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS:** Em 31.12.2011 e 2010, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Valores e Bens" no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões" no passivo circulante e não circulante e, as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Tributos e Contribuições a Recolher", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:

Fiscais:	2011		
	Depósitos Judiciais e Fiscais	Outras Ações Judiciais	Obrigações Fiscais
COFINS	20.241	-	24.763
PIS	4.618	-	4.618
Contribuição Social	1.453	-	2.633
Imposto de Renda	1.638	-	1.919
Outros	-	389	29
Total	31.752	4.195	33.962
Circulante	-	731	-
Não Circulante	31.752	3.464	33.962

Fiscais:	2010		
	Depósitos Judiciais e Fiscais	Outras Ações Judiciais	Obrigações Fiscais
COFINS	19.227	-	22.924
PIS	4.221	-	4.386
Contribuição Social	1.041	-	1.425
Imposto de Renda	1.431	-	1.384
Outros	33	-	28
Total	50.557	3.566	30.147
Circulante	-	731	-
Não Circulante	50.557	2.835	30.147

(15.1) AÇÕES JUDICIAIS DE NATUREZAS CÍVEL, TRABALHISTA E FISCAL E PREVIDENCIÁRIA: A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

I - Cíveis

	Quantidades	Valor em Risco	Outras Ações Judiciais
Provável	160	3.390	2.186
Possível	79	3.548	1.429
Remota	27	2.476	10
Total	266	9.414	3.625

II - Trabalhistas

	Quantidades	Valor em Risco	Outras Ações Judiciais
Provável	1	131	57
Remota	6	132	10
Total	7	263	67

III - Fiscais e Previdenciárias

	Quantidades	Valor em Risco	Outras Ações Judiciais e Obrigações Fiscais
Provável	4	26.781	26.781
Possível	11	7.890	7.570
Remota	4	3.436	5
Total	19	38.107	34.356

I - Cíveis

	Quantidades	Valor em Risco	Outras Ações Judiciais
Provável	22	816	410
Possível	126	6.232	2.953
Remota	56	884	89
Total	204	7.932	3.452

III - Fiscais e Previdenciárias

	Quantidades	Valor em Risco	Outras Ações Judiciais e Obrigações Fiscais
Provável	2	23.343	23.343
Possível	7	6.393	6.393
Remota	3	24.809	416
Total	12	54.545	30.152

As ações judiciais classificadas como "possíveis" ou "remotas" são calculadas com base na experiência de pagamentos e representa a parte destas ações judiciais que a Administração entende que seja provável o desembolso, com base na história comportamental de ações desta natureza na carteira da Companhia. **(15.2) MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS RELEVANTES:**

Fiscais:	Saldo em 01.01.2010		Adições		Atualização monetária		Saldo em 31.12.2010		
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
COFINS	19.994	1.405	1.405	1.525	22.924	4.386	22.924	4.386	
PIS	3.828	229	229	329	4.386	1.384	4.386	1.384	
Imposto de Renda	1.204	81	81	99	1.425	28	1.425	28	
Contribuição Social	1.106	309	309	10	1.425	-	1.425	-	
Demais	28	-	-	-	28	-	28	-	
Total	31.12.2010	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/Baixas	Saldo em 31.12.2011	22.924	-	1.839	-

(15.3) AÇÕES FISCAIS: As principais ações fiscais da Companhia em 31.12.2011 e 2010, são: **(a) COFINS - A Companhia** questiona judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998 que instituiu o recolhimento dessa contribuição. No período compreendido entre maio de 1999 e maio de 2000, a Companhia possuía uma liminar suspendendo as obrigações de recolher ou depositar judicialmente os valores devidos. Em junho de 2000, esta liminar foi cassada e desta forma, a Companhia efetuou o recolhimento dos valores devidos atualizados monetariamente e a partir desta data, vem recolhendo os valores calculados somente sobre a receita de sua atividade de seguro, provisionando e depositando sobre outras receitas. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009 que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou a partir da competência março de 2009, a recolher somente sobre a receita de sua atividade de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda em relação à incidência da COFINS sobre a receita da atividade de seguro, e remota a perda em relação à incidência da COFINS sobre outras receitas. **(b) PIS - A Companhia** questiona judicialmente a legalidade da contribuição do PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta operacional, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994 e 10/1996, cujos montantes encontram-se integralmente depositados judicialmente e provisionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda das demandas. A Companhia questiona a legalidade da contribuição ao PIS sobre a receita bruta à alíquota de 0,65%, determinada pelas Leis nºs 9.701/1998 e 9.718/1998, e vinha depositando judicialmente os valores exigidos. No período compreendido entre 1999 e dezembro de 2006, a Companhia efetuou recolhimentos nos termos determinados pela Lei Complementar nº 7/1970 (PIS Repique). A partir de janeiro de 2007, a Companhia passou a recolher o PIS sobre a receita das atividades, depositando e provisionando a contribuição sobre outras receitas e, com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou, a partir da competência março de 2009, a depositar e provisionar somente sobre a receita de sua atividade de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda referente ao PIS devido com base na receita das atividades de seguros e remota a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas). **(15.4) CONTINGÊNCIAS:** A principal contingência da Companhia em 31.12.2011 e 2010, era: **(a) INSS - A Companhia** vinha questionando e depositando judicialmente, a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços médicos, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e regulamentada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de assistência médica não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando dessa forma fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Em outubro de 2010, a Companhia obteve decisão favorável no trânsito em julgado em relação a Lei nº 9.876/1999 e, em março de 2011, efetuou o levantamento do depósito judicial relacionado, no montante de R\$21 milhões. **(16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (16.1) CAPITAL SOCIAL:** O capital social da Companhia em 31.12.2011 e 2010 é de R\$ 76.784, dividido em 4.629 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas. Em 31.05.2010, a Assembleia Geral Extraordinária reduziu o capital social de R\$50.407 para R\$46.784, com a absorção do prejuízo acumulado no montante de R\$3.623. Esta redução no Capital Social não alterou a quantidade de ações que permaneceram com o total de 68.351.149 ações ordinárias. Em 27.10.2010, a Assembleia Geral Extraordinária aumentou o capital social de R\$46.784 para R\$76.784, com a integralização de R\$30.000, pelas suas controladoras SAÚDE e CIA SAÚDE, proporcionalmente aos respectivos percentuais de participação. Este aumento no Capital Social alterou a quantidade de ações de 68.351.149 para 115.730.985 ações ordinárias, sem valor nominal. Ainda por essa Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o grupamento da nova quantidade de ações, de forma que cada 25.000 ações ordinárias foram agrupadas em 1 ação ordinária, passando o Capital Social da Companhia a ser representado por 4.629 ações ordinárias nominativas. **(16.2) RESERVA LEGAL:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **(16.3) RESERVA ESTATUTÁRIA:** Constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para Reserva Legal e Dividendos, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, não podendo exceder o montante do capital social, e tem por finalidade (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iii) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. Uma vez atingido tal limite, conforme estabelecido no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalização ou para distribuição de dividendos aos acionistas. **(16.4) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:** A rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" considera, conforme legislação vigente, principalmente os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. **(16.5) DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO:**

	2011	2010
Lucro Líquido do Exercício	14.438	14.438
(-) Compensação de Prejuízos e outros ajustes	(606)	(606)
Lucro Líquido após compensações	13.832	13.832
Constituição da Reserva Legal (5%)	(693)	(693)
Lucro Líquido Ajustado (Artigo 202 - Leis 6.404/1976 e 10.303/2001)	13.139	13.139
Dividendos Obrigatórios	25%	25%
25% do Lucro Líquido Ajustado (Artigo 202 - Leis 6.404/1976 e 10.303/2001)	3.285	3.285
Total dos dividendos obrigatórios	3.285	3.285
Total dos dividendos propostos	3.285	3.285
Destinação:		
Constituição de Reserva Estatutária	9.854	

A distribuição do resultado demonstrada no quadro acima foi refletida nas demonstrações financeiras, no pressuposto da sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas. **(17) DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO: (17.1) PRÊMIOS RETIDOS:**

	2011	2010
Prêmios emitidos	272.359	251.397
Prêmios cancelados e restituídos	(17.005)	(29.267)
Total	255.354	222.130

(17.2) DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO:

	2011	2010
Sobre Prêmios	(16.261)	(11.562)
Sobre Agenciamento	(3.649)	(4.930)
Varição de Despesas de Comercialização Diferidas	793	(750)
Total	(19.117)	(17.242)

(17.3) DESPESAS ADMINISTRATIVAS:

	2011	2010
Pessoal Próprio (a) (b)	(1.598)	(9.619)
Serviços de Terceiros	(446)	(938)
Localização e Funcionamento	(465)	(1.966)
Despesas com Tributos	(244)	(315)
Outras Despesas Administrativas	(1.164)	(448)
Total	(3.917)	(13.286)

(a) Em 31.12.2011, no item Pessoal próprio estão incluídas as remunerações, benefícios e os encargos de administradores, no montante de R\$14 (R\$2.170 em 2010). **(b)** Os benefícios aos funcionários estão representados por:

	2011	2010
Vale Alimentação, Refeição e Transporte	(158)	(692)
Seguro Saúde e Odontológico	(30)	(401)
Treinamento	-	(9)
Previdência Privada	(16)	(17)
Outros	(21)	(50)
Total	(225)	(1.169)

(17.4) OUTRAS DESPESAS OPERACION

Brasilsaúde Companhia de Seguros

C.N.P.J. Nº 60.831.427/0001-63

SulAméricaassociada ao **ING** 

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Administradores da Brasilsaúde Companhia de Seguros Rio de Janeiro – RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilsaúde Companhia de Seguros (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se

causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilsaúde Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 23 de fevereiro de 2011, que não conteve qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6-F-RJCarlos Eduardo Munhoz
Contador - CRC SP - 138600/O-7 S-RJ